

XIV Congresso Brasileiro de Sociologia
28 a 31 de julho de 2009, Rio de Janeiro (RJ)
Grupo de Trabalho 23: Sociedade e Ambiente

**MUDANÇAS SÓCIO-PRODUTIVAS E AS NOVAS RELAÇÕES SOCIEDADE-
NATUREZA NA AMAZÔNIA ORIENTAL**

Myriam Oliveira

Agrônoma, Professora do NEAF/Universidade Federal do Pará, Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/UFRGS.
myriam@ufpa.br

Jalcione Almeida

Agrônomo, Professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/UFRGS. Pesquisador CNPq.
jal@ufrgs.br

RESUMO

Desde meados da década de 1990 observa-se um significativo processo de mudanças em áreas de fronteira agrária na Amazônia oriental. A forte implementação das políticas de reforma agrária, de apoio à agricultura familiar e de proteção ambiental vêm provocando transformações importantes no contexto regional e levando, principalmente, agricultores familiares a desenvolverem alterações em suas práticas sociais e produtivas com vistas a garantir sua reprodução social. Neste contexto, o artigo pretende abordar as principais transformações ocorridas nas condições do meio natural e socioeconômico dessas áreas, os principais elementos naturais e sociais introduzidos por esse processo de mudanças que, somados aos já existentes, provocaram alterações nas estratégias de reprodução social (material e cultural/simbólica) adotadas pelos agricultores familiares.

Palavras-chave: dinâmicas das relações sociedade-natureza, fronteiras agrárias na Amazônia oriental, estratégias de reprodução social.

INTRODUÇÃO

Desde quando a ocupação das áreas de fronteira agrária da Amazônia oriental começou a se intensificar, aproximadamente a partir de meados da década de 1970, a dinâmica das relações entre sociedade e natureza nesse espaço tem se constituído a partir de processos onde a disputa pela posse e uso dos elementos naturais e a adoção de um padrão de uso da terra baseado na retirada da floresta para a implantação de pastagens têm sido os principais determinantes do ritmo relativamente veloz de transformação do espaço e da forma, na maioria das vezes, predatória de exploração do meio natural.

Ainda nos dias de hoje essa dinâmica, que tem sido relativamente dominante durante todo esse tempo, exerce uma influência sobre a evolução do espaço de várias fronteiras agrárias na Amazônia que não pode ser desconsiderada, estando ainda presente em certas zonas das fronteiras mais antigas (como em certos lugares da Transamazônica próximos à Altamira ou do sudeste do Pará) e se reproduzindo em fronteiras mais recentes (como em São Félix do Xingu, por exemplo).

No entanto, devido às próprias alterações ocorridas nas condições do meio natural provocadas pelas formas de exploração adotadas e devido às transformações que vêm ocorrendo no meio socioeconômico regional decorrentes, em grande medida, dos efeitos das políticas públicas implementadas na região pelo governo federal nos últimos anos, as relações estabelecidas entre as sociedades locais e, mais especificamente, entre os agricultores familiares e o meio natural que exploram vêm sofrendo mudanças importantes.

Essas mudanças, em geral, têm sido reflexo das influências que esse novo contexto regional vem exercendo sobre os agricultores familiares, levando-os a promover certas alterações em algumas de suas estratégias e a adotar práticas produtivas e sociais mais adequadas às condições atuais de modo que possam continuar garantindo a reprodução social da família, tanto na sua dimensão material quanto na sua dimensão simbólico-cultural.

O que esse artigo tem o propósito de discutir é justamente sobre essas alterações ocorridas nas práticas e sobre as principais estratégias que ora vêm sendo adotadas pelos agricultores familiares nas atuais condições que caracterizam algumas áreas de fronteira agrária da Amazônia oriental. Para tanto, tomou-se como base informações obtidas a partir de pesquisa realizada na região de Marabá, no

sudeste do Pará, sendo essa discussão parte integrante do processo de reflexão desenvolvido a partir de um trabalho de tese.

O PROCESSO DE MUDANÇAS E A CONSTITUIÇÃO DE UM NOVO CONTEXTO NAS ÁREAS DE FRONTEIRA AGRÁRIA NA AMAZÔNIA ORIENTAL

De uns 15 anos pra cá as áreas de fronteira agrária da Amazônia oriental, em particular a do sudeste do Pará onde se insere a região de Marabá, vem recebendo os efeitos da implementação de políticas públicas federais, principalmente daquelas direcionadas ao apoio da agricultura familiar, como os programas de reforma agrária e de fortalecimento da agricultura familiar, e das medidas tomadas para tornar a legislação ambiental mais rígida com vistas a diminuir os índices de desmatamento e de queimadas nessa região.

Tais políticas, sobretudo as agrária e agrícola, por canalizarem nos últimos anos um montante significativo de recursos financeiros, têm sido responsáveis por modificações consideráveis no cenário socioeconômico e político dessa área de fronteira. Cabe ressaltar que como essa região de Marabá contém uma diversidade interna de situações, abrigando desde áreas cujos processos de ocupação são mais antigos a áreas ocupadas mais recentemente no final da década de 1990, obviamente, os efeitos produzidos por essas políticas não são uniformes em toda a região.

No entanto, no geral, têm influenciado mudanças em vários aspectos da realidade local como as causadas pela política de reforma agrária que, através da criação de inúmeros assentamentos¹, tem alterado a configuração da estrutura fundiária e a situação de vários agricultores em relação à terra, além de ter influenciado, em grande medida, na melhoria relativa das condições de moradia e de acesso aos mercados e à cidade (na quantidade e/ou na qualidade das estradas) e na implantação de certas infraestruturas como redes de eletrificação rural, por exemplo (OLIVEIRA *et al.*, 2005).

¹ Atualmente, o sudeste paraense é uma das regiões mais importantes dentro da política de reforma agrária do governo federal, já que concentra o maior número de assentamentos do país. Somente para se ter uma ideia, até março de 2008 já eram 481 assentamentos criados, com várias outras áreas em processo de vistoria e em vias de criação de assentamento. Cabe ressaltar, contudo, que esse processo de criação de assentamentos na região tem se caracterizado muito mais pelas regularizações de áreas já ocupadas (algumas delas ocupadas a bastante tempo) do que necessariamente pelas desapropriações de áreas de latifúndio, no caso dessa região, de áreas de fazendas (LEITE *et al.*, 2004).

Da mesma forma, a implementação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), por meio das suas políticas de crédito, assistência técnica e de apoio à comercialização, também tem estimulado mudanças importantes na região, com a diferença que estas têm se dado muito mais a partir dos sistemas produtivos dos agricultores. Através desse programa houve uma ampliação da capacidade produtiva dos agricultores e uma ampliação do quadro de alternativas produtivas com vistas a estimular a diversificação, além da possibilidade de acesso a algum serviço de assistência técnica e de comercialização através das cooperativas de técnicos e das cooperativas de comercialização de produtos da agricultura familiar, respectivamente. Em conjunto esses fatores, de alguma maneira, têm influenciado para que os agricultores promovam certas mudanças em seus sistemas de produção, alterando as formas de exploração dos elementos naturais a partir de mudanças de algumas práticas, da valorização de certas atividades já desenvolvidas ou mesmo da introdução e experimentação de novas atividades, tais como: o cultivo de espécies perenes, outros tipos de pequenas criações como peixes, por exemplo, a produção de leite, a exploração de espécies nativas, entre outras.

Mas, não se pode desconsiderar que esse efeito da política de crédito em estimular mudanças no sentido da diversificação se trata de somente um dos lados da mesma moeda na medida em que, por outro lado, o crédito também tem propiciado o início ou a ampliação mais rápida da criação de gado nessa região e, conseqüentemente, do processo de substituição de áreas de mata ou capoeira em pastagens. Dessa maneira, essa atividade continua se mantendo como uma das principais atividades produtivas dos estabelecimentos familiares. Em função disso, atualmente é possível observar que nas áreas de ocupação mais recente dessa região o processo de transformação da paisagem tem se dado também em um ritmo relativamente veloz, apesar das pretensões da política de crédito em contribuir para a diminuição da pressão sobre o meio natural.

Mesmo que menos impactantes se comparadas às políticas de reforma agrária e do PRONAF, as políticas ambientais também têm tido algum reflexo nessa região. O relativo aumento na fiscalização, as recentes exigências do IBAMA quanto ao licenciamento ambiental para a criação de novos assentamentos e também o recente condicionamento do acesso ao crédito à firmação e cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta, que obriga os agricultores a recompor a área de

reserva legal dos seus estabelecimentos², são fatores que têm influenciado para que a dimensão ambiental tome outra proporção no cenário regional. Em função deles, tanto as organizações vêm envidando esforços para buscar alternativas que levem em conta essas novas exigências da legislação, quanto os agricultores, estimulados por essas organizações e pela assistência técnica, têm procurado desenvolver iniciativas nesse sentido.

De fato, toda essa implementação de políticas públicas tem sido fundamental e determinante no desencadeamento do processo de mudanças e da constituição de um novo contexto regional que vem se dando nessa área de Marabá. Porém, a configuração atual desse novo contexto não é somente resultado dos efeitos decorrentes desses fatores externos ou, como denomina Raynaut (1994), das lógicas externas que estão agindo sobre a região, mas também é preciso considerar que, principalmente no caso do meio natural, tal configuração reflete os efeitos do próprio processo de exploração dos elementos naturais adotado pelos agricultores.

Um exemplo disso pode ser observado nas áreas de ocupação mais antiga dessa região onde as condições³ ecológicas desfavoráveis dos estabelecimentos, hoje caracterizadas pelos solos “enfraquecidos”, pela presença de processos erosivos e escassez de água, pela escassez de vegetação natural e pelas pastagens infestadas por invasoras, são fruto das transformações do meio natural promovidas pelos próprios agricultores a partir das formas de exploração por eles desenvolvidas durante anos.

Em função dessas mudanças ocorridas no contexto regional e mediante as atuais condições do meio socioeconômico e do meio natural, produzidas tanto pela influência de fatores externos quanto pela ação de agentes internos, outras relações sociedade-natureza têm se estabelecido nessas áreas de fronteira agrária como a de Marabá. Essas outras relações vêm ganhando espaço, principalmente na medida em que o novo contexto tem influenciado para alterações em algumas das práticas produtivas e sociais adotadas pelos agricultores familiares vistas a continuar garantindo a reprodução social de suas famílias.

² Sobre a relação entre as atuais formas de exploração do meio natural e as novas exigências da política ambiental, ver Michelotti & Rodrigues (2004).

³ *Condição* é utilizada aqui no sentido utilizado por Raynaut (2006b) no qual essa noção se refere aos elementos do meio (físico, socioeconômico, político, cultural) que existem e que se impõem às vontades individuais e à sociedade como um todo na qualidade de “dados” objetivos que podem limitar ou potencializar ações, projetos ou a existência das pessoas. Esses “dados” podem dizer respeito a aspectos não-materiais a que qualquer indivíduo ou grupo social está submetido tais como representações sociais, relações interpessoais, instituições sociais etc., ou pode se referir aos aspectos materiais de sua existência como, por exemplo, as condições ecológicas disponíveis, o capital técnico, as condições de moradia etc.

Essas constatações suscitaram alguns questionamentos que instigaram as reflexões desse trabalho. Pela falta de espaço, neste artigo a escolha foi de concentrar-se sobre as mudanças ocorridas nas estratégias de reprodução social adotadas pelos agricultores. Sendo assim, a discussão é feita baseada na indagação de, a partir das mudanças que vêm ocorrendo ao nível regional, quais são as práticas produtivas e sociais que caracterizam as principais estratégias de reprodução social desenvolvidas atualmente pelos agricultores familiares e quais as influências sobre as dinâmicas das relações sociedade-natureza nessa região de Marabá?

AS ATUAIS RELAÇÕES SOCIEDADE-NATUREZA E AS PRINCIPAIS ESTRATÉGIAS ADOTADAS PELOS AGRICULTORES FAMILIARES DA REGIÃO DE MARABÁ

Para compreender melhor as atuais relações sociedade-natureza existentes na região de Marabá se faz necessário ter uma ideia das alterações que vêm se processando nas estratégias desenvolvidas pelos agricultores visando à reprodução social da família, uma vez que é neste nível que se define concretamente as formas de relações entre os humanos e a natureza, bem como das relações dos humanos entre si.

Antes de abordar essas estratégias, no entanto, é importante destacar que a reprodução social é entendida no mesmo sentido que o utilizado por Godelier (1984) e Raynaut (1994), não como uma simples repetição, mas como um processo dinâmico de perpetuação do sistema social que só pode ocorrer a partir de renovações, transformações e adaptações de acordo com as condições disponíveis. Isso torna possível fazer uma relação pertinente entre as mudanças ocorridas ao nível dos estabelecimentos familiares e das estratégias e as mudanças nas dinâmicas gerais das relações sociedade-natureza.

Também vale a pena ainda ressaltar que esse processo de reprodução social corresponde, conforme Barel (1973), a um processo único, global, que engloba fundamentalmente dois subprocessos, interconectados entre si, que procuram dar conta de produzir e reproduzir tanto as condições materiais quanto as não-materiais ou ideais essenciais para a satisfação das necessidades de um determinado sistema social. Um desses subprocessos se refere à *reprodução material* que, revestida por uma importante dimensão econômica, corresponde às atividades sociais que têm

por objetivo a produção e reprodução ou a fabricação e manutenção de bens materiais que dão base a vida concreta dos sistemas sociais. Para Raynaut (1994), nesse campo é onde se dá a articulação entre as condições do meio, os procedimentos técnicos adotados na exploração, as representações sociais nas quais se baseiam essas técnicas e as formas de organização que permitem sua utilização.

Já o outro subprocesso se refere à *reprodução simbólica e cultural* que reúne as formas mais específicas da reprodução social ligadas ao campo da imaterialidade. Barel (1973) coloca que a reprodução cultural é a reconstituição permanente das estruturas de organização da sociedade (camadas sociais, família, instituições etc.) e dos significados a ela atrelados. Ao mesmo tempo em que se reconstituem essas estruturas (em função das suas relações com a reprodução da vida material e de seus meios), se reconstituem e se transmitem símbolos encarregados de dar o(s) sentido(s) às mesmas.

Levando-se em conta essas considerações conceituais iniciais pode-se agora centrar sobre as principais estratégias de reprodução social que vêm sendo adotadas pelos agricultores da região de Marabá dentro das atuais condições disponíveis e que têm influenciado para o estabelecimento de outras relações sociedade-natureza nessa região.

Estratégias relativas à gestão da terra e dos elementos naturais

O primeiro grupo de práticas produtivas e sociais identificado foi aquele que tem servido de suporte às *estratégias referentes à gestão da terra e dos elementos naturais*. Em algumas porções dessa região, sobretudo aquelas localizadas mais a leste onde se encontram as áreas de ocupação mais antiga, as dificuldades concretas de falta de lugar, na visão dos agricultores, adequados para a implantação tanto das roças como para o desenvolvimento da pecuária, são problemas que têm forçado a realizar importantes transformações nesse tipo de estratégia.

Como nessas áreas mais antigas a terra coberta por vegetação natural, considerada adequada porque deixava em aberto as possibilidades do cultivo de roças e do uso dos demais elementos naturais oriundos das matas e capoeiras, foi substituída quase na totalidade por pastagens⁴ os agricultores têm se deparado hoje

⁴ Apesar dos agricultores saberem as consequências de aumento dos riscos para a garantia da subsistência da família com a adoção dessa forma de exploração baseada na substituição das áreas

com a necessidade de reorganizar o espaço e recriar as condições ecológicas para o desenvolvimento das atividades agrícolas, mesmo que isso implique em diminuição da produção e do consumo ou no aumento do esforço de trabalho para obter a produção necessária ao consumo.

As famílias que ainda possuem alguma área de mata ou, sobretudo, de capoeira no estabelecimento continuam usando o sistema de roça de corte-queima sucedido pelo pousio ou mesmo pelo capim, porém, essa forma de exploração a partir da vegetação natural tem sido cada vez mais rara nessa área. Em geral, as famílias estão recorrendo a duas novas formas de gestão da terra para viabilizar, principalmente, a implantação de roças: uma que parte da reutilização de áreas de pastagens “enuquiradas”⁵ seguindo o mesmo esquema de uso do espaço a partir de deslocamentos sucessivos, ou seja, sem haver uma determinação de área fixa para a implantação da roça, mas com escolha dos “locais onde a terra é melhor para o legume”, ou seja, locais onde os agricultores julguem que as condições são menos desfavoráveis (de solos, topografia, disponibilidade hídrica, por exemplo); e outra que se baseia na intensificação do uso do espaço a partir da destinação de uma área exclusiva para roças, podendo ou não ter antecedente de pastagem.

A adoção de uma forma quanto de outra traz consigo a necessidade dos agricultores não só promoverem mudanças na maneira de fazer, mas também de recorrerem por vezes ao uso de técnicas diferentes daquelas que estão acostumados no desenvolvimento de suas atividades agrícolas, uma vez que as atuais condições ecológicas dessas áreas (como solos “cansados”, uso de antecedente de pastagem, geralmente, infestadas por invasoras etc.) impõem restrições para o que o sistema produtivo siga o mesmo tipo de funcionamento.

Um exemplo dessas mudanças é que as roças realizadas atualmente tanto nos formatos extensivo ou intensivo, em geral, são bem menores, bem menos diversificadas que as cultivadas no passado⁶ e contam com um número menor de

de floresta por pastagens, o estabelecimento dessa contradição nos sistemas de produção se justificava pelas difíceis condições do meio socioeconômico que caracterizavam a região de Marabá há duas décadas atrás e também, entre outras expectativas, pela esperança dos agricultores de conseguir viver somente da pecuária.

⁵ O termo “enuquirado” é utilizado aqui no sentido de designar áreas que estão sendo cultivadas, mas que estão sofrendo concorrência com espécies que surgem espontaneamente (na agronomia, chamadas de “invasoras”). Nessa forma de uso do termo possui uma conotação um tanto negativa, pois indica uma situação de concorrência entre espécies, que atrapalha o alcance da produção desejada (SERRÃO & DIAS FILHO, 1988; VEIGA, 2005).

⁶ Segundo De Reynal (1999), no passado, quando havia grande disponibilidade de áreas de mata e capoeira, as roças podiam ter, em média, 5 ha. Hoje em dia, de acordo com os dados empíricos, essa média baixou para 1,2 ha, tendo em vista a queda da fertilidade dos solos e do uso de antecedentes de pastagens.

etapas diferentes necessárias para a realização do preparo da área, uma vez que com a falta de mata e capoeira esse preparo se restringe à roçagem e uso do fogo para a limpeza do terreno. A diminuição na quantidade de operações diferentes, no entanto, não significa a diminuição da exigência de mão-de-obra. Ao contrário, como a maioria das roças ainda é feita manualmente, há um relativo aumento na quantidade de trabalho dispensando para cuidar da roça devido à forte incidência de “mato”. Isso, muitas vezes, tem levado a um redimensionamento do trabalho aplicado seja através de um aumento da intensidade de autoexploração da mão-de-obra familiar (dentro da concepção chayanoviana), seja através do aumento da proporção de utilização do trabalho externo e de um maior gasto para viabilizar a mão-de-obra necessária para garantir a realização das atividades do sistema produtivo (isso para as famílias com maiores possibilidades financeiras).

Assim como para as roças, mudanças importantes também têm sido feitas com vistas a garantir a manutenção da pecuária nos estabelecimentos. Como atualmente a maioria das pastagens dos estabelecimentos nessas áreas antigas da região de Marabá encontra-se bastante infestadas por invasoras, em função da falta de manejo adequado no passado, há vários casos de agricultores que estão passando a fazer a reforma dos pastos a partir da limpeza da área e revolvimento do solo com mecanização e incluindo a realização de um novo plantio de sementes de capim. Essa reforma pode ou não se aproveitar do processo de implantação de roças em áreas de pastagens “enjuquiradas”. Trata-se de uma sequência parecida com aquela historicamente utilizada de mata→roça→pasto, mas agora partindo de uma pastagem já implantada e exigindo um maior esforço de trabalho para a realização da limpeza ou um maior custo pela utilização de tecnologias diferentes. Em alguns casos, pode-se observar que até agricultores que ainda possuem áreas de mata e capoeira, e que estão procurando usar de forma mais comedida suas reservas, estão adotando esses tipos de prática de reforma das pastagens.

As tentativas de melhorar as condições de disponibilidade de forragem ao rebanho também têm incluído mudanças nas práticas de manejo das pastagens a partir de iniciativas de adoção de manejo do sistema de pastejo rotacionado ou, no mínimo, alternado e de maior controle com a lotação e com a altura do capim. Além disso, para garantir a alimentação do gado e reduzir a taxa de lotação para ter condições de controlar a produção forrageira, também tem se observado iniciativas de redução do tamanho do rebanho e/ou de aluguel de pastos.

Outra mudança de práticas importante de ser mencionada é aquela que se refere às alterações ocorridas na intensidade de uso do fogo devido às crescentes restrições que atualmente se impõem à adoção dessa prática. Essas restrições estão relacionadas, entre outros fatores, principalmente aos riscos elevados de ocorrência de incêndios acidentais em função da diminuição das barreiras naturais de proteção contra os ventos e propagação do fogo. A esse motivo os agricultores atribuem a diminuição do uso do fogo para a limpeza de pastagens e sua restrição mais à roça, mas também ao aumento da fiscalização por parte dos órgãos ambientais que, apesar de não ser efetivamente tão rigorosa, nos últimos anos tem se mostrado mais presente na região.

Se no passado vários cuidados já eram tomados pelos agricultores, hoje em dia eles são obrigatórios e são levados muito mais a sério devido à pressão da própria localidade. Isso significa que, além das restrições relacionadas ao meio natural, existe uma limitação imposta socialmente pelas famílias locais, ou seja, as regras sociais internas da localidade são agora outras e procuram minimizar os riscos que a coletividade está a mercê em função das condições do meio natural que dispõem. Esses cuidados com as queimadas são um exemplo de estratégias sociais coletivas que, segundo Raynaut (2006a), emergem na escala da localidade como uma forma das famílias se colocarem frente às limitações existentes em busca de reduzir as vulnerabilidades ou os riscos a que estão submetidas.

Essas mudanças nas práticas com objetivo de intervir nas condições disponíveis do sistema natural, muitas vezes, têm implicado e até exigido a adoção de novos padrões tecnológicos, o que nessas áreas mais antigas da região de Marabá tem significado a incorporação de elementos exteriores ao ecossistema no processo produtivo. Em alguns casos, tal introdução de elementos externos têm se dado não só a partir da mecanização, mas também a partir da introdução de insumos químicos, como adubos, sementes melhoradas geneticamente e pesticidas (dentro deles os herbicidas, difundidos nessa área para limpeza das pastagens e das roças em pastagens). É importante destacar que nessas áreas mais antigas, em vários casos, os agricultores têm procurado se apoiar em rendas extra-agrícolas e não-agrícolas⁷ para poder viabilizar essa introdução de elementos externos nos sistemas produtivos.

⁷ Segundo Ellis (1998), as rendas extra-agrícolas se referem a atividades realizadas fora do estabelecimento agrícola, mas dentro da agricultura, enquanto as rendas não-agrícolas se referem àquelas obtidas a partir de benefícios ou de atividades realizadas fora da agricultura.

Mas, se em algumas áreas da região de Marabá os agricultores estão mudando as formas de exploração do meio natural devido às condições ecológicas, em outras áreas como naquelas ocupadas mais recentemente as formas de exploração apresentam um formato diferente. Nessas áreas de ocupação mais recente, localizadas mais a oeste da região, onde há uma disponibilidade significativa de áreas de vegetação natural, as estratégias de exploração dos elementos naturais desenvolvidas por grande parte dos agricultores ainda segue o padrão de exploração tradicionalmente adotado nas fronteiras agrárias, cuja base é a utilização de áreas de mata e/ou capoeiras para a formação de roças a partir do sistema de corte-queima e implantação de pastagens visando ao desenvolvimento da atividade de pecuária bovina.

Apesar de a roça, geralmente, se constituir na principal responsável pela manutenção do consumo da família, a estratégia de exploração do meio natural com vistas a garantir a reprodução material para a maioria dos agricultores inclui principalmente a introdução e a consolidação da pecuária nos sistemas produtivos. Tal escolha dos agricultores em fazer da criação de gado uma das principais atividades do estabelecimento, além de ser considerada uma fonte segura de retorno e de assumir o papel de poupança, tem relação estreita com as limitações oferecidas pelo meio socioeconômico nessa área, sobretudo no que se refere às condições de acesso e escoamento da produção. Dentro da mesma lógica utilizada no passado pelos agricultores de áreas mais antigas da região, para os agricultores dessas áreas de ocupação mais recente os retornos da pecuária são capazes de compensar a diminuição gradativa dos espaços da roça.

Nessas porções da região se pôde observar que o ritmo de exploração do meio natural baseado na implantação de pastagens é relativamente veloz, sendo esse ritmo, entre outros fatores, influenciado pelo fato de que os agricultores dessa área têm conseguido iniciar a criação de gado mais rapidamente do que conseguiram os agricultores das áreas mais antigas, onde podia acontecer das pastagens serem implantadas anos antes de efetivamente ser iniciada a criação. O início da criação, em vários casos, tem seguido caminhos tradicionalmente utilizados em áreas de fronteira agrária, como a aquisição através de recursos próprios oriundos, em sua maioria, de receitas da roça ou através da adoção do sistema “na meia”, porém, vale a pena destacar a influência que o crédito tem exercido nessa área no desencadeamento desse processo de formação do rebanho.

Com o crédito, o papel do gado de servir como uma reserva para ser utilizada em momentos de maior necessidade é reforçado na medida em que representa para os agricultores uma fonte de recursos que consegue garantir o pagamento das parcelas do crédito, sendo esse subterfúgio usado não só por aqueles que pegaram crédito visando prioritariamente a pecuária, mas também por aqueles que decidiram investir também em outras atividades produtivas.

Nessas áreas mais recentes, esse diferencial que o crédito produz no processo de início da criação de gado não se estende, no entanto, às formas de manejo adotadas pelos agricultores no que diz respeito à atividade. O fato do acesso ao crédito implicar, teoricamente, no acesso à assistência técnica não se reflete na orientação e adoção de práticas mais adequadas de manejo, principalmente, das pastagens. No entanto, entre esses agricultores que não intensificam o manejo, sobretudo aqueles que possuem somente um lote da reforma agrária ou lotes menores, observou-se que realizam certo dimensionamento do tamanho do rebanho criado no lote, com vistas a minimizar ou evitar a alta pressão de pastejo (sobrepastejo) sobre as pastagens: fazem isso dando gado “na meia” ou alugando pastos quando o número de animais supera a capacidade das pastagens existentes no estabelecimento e não querem se diminuir o rebanho; ou ainda restringindo de alguma maneira o aumento da criação em demasiado.

Tanto em um caso como no outro, a justificativa desses agricultores para esses tipos de medidas está no fato de haver limitações de espaço para o aumento no tamanho das pastagens, já que nessas áreas o tamanho dos lotes, principalmente nos assentamentos, em geral, é de 50 ha. O tamanho do lote, conseqüentemente, impõe limitações ao aumento crescente do número de cabeças de gado: para eles, em função do tamanho da área disponível e também considerando que desenvolvem e têm interesse de continuar desenvolvendo outras atividades produtivas, essas limitações de espaço têm uma importância significativa. Para esses agricultores, diferentemente de outros que têm procurado se firmar no gado independente do tamanho do seu lote, “com 50 hectares não dá pra viver só do gado, não, [...], por isso não dá pra gente aumentar muito o rebanho, não”.

Estratégias de diversificação das atividades produtivas

Além das práticas relacionadas à gestão da terra e dos elementos naturais, outro grupo importante de estratégias identificado nessa região de Marabá que

reflete as mudanças que vêm ocorrendo no contexto regional é aquele que se refere a certas *iniciativas de diversificação das atividades produtivas* que alguns agricultores têm procurado desenvolver em seus estabelecimentos. Tais iniciativas têm se dado, principalmente, por estímulo do crédito, mas nas áreas onde as condições ecológicas são mais limitantes têm também sido estimuladas pelas próprias necessidades dos agricultores encontrarem alternativas para garantir a manutenção da família.

Na maioria dos casos essa diversificação vem se dando a partir da inclusão de atividades novas, ou da valorização de atividades já desenvolvidas, mas que antes não assumiam tanto peso na formação da renda agrícola, ou ainda a partir de mudanças no tipo de produção a ser valorizada dentro de uma mesma atividade já desenvolvida. Sejam nas áreas mais antigas ou nas áreas de ocupação mais recente da região, os projetos de crédito implementados são basicamente os mesmos, somente com algumas diferenças determinadas por certas particularidades existentes em cada área: nas áreas antigas, por exemplo, os problemas de escassez de água se refletem nos projetos de crédito que privilegiam a construção de açudes para fornecimento de água para o gado; já nas áreas recentes, a disponibilidade de espécies nativas com potencial econômico tem levado a inclusão nos projetos de crédito de financiamento para o manejo e exploração dessas espécies.

Em geral, devido ao peso que depositam na pecuária pela segurança que oferece, principalmente nas áreas onde as condições de acesso são mais precárias, a grande maioria dos agricultores da região que teve acesso ao crédito decidiu investir prioritariamente na pecuária (aquisição de animais e implantação de infraestrutura básica, como cerca, curral, açudes). Mesmo que o crédito venha tentando influenciar para uma mudança de aptidão de corte para aptidão mista, a pecuária desenvolvida na região ainda se caracteriza muito mais por valorizar em termos econômicos a venda de animais adultos e bezerros. Como nas áreas mais recentes os problemas nas condições de acesso e a escassez de estruturas de beneficiamento e comercialização, o investimento na produção leiteira tem se dado de maneira um pouco mais relevante nas áreas mais antigas da região. Nessas áreas as estradas oferecem melhores condições de acesso e transporte, existe uma presença importante de estruturas de beneficiamento de produtos da pecuária, sobretudo laticínios, e existem também maiores oportunidades de comercialização do leite, já que há um número maior de carros de leite fazendo rotas para a coleta na

porta dos agricultores, o que estimula o desenvolvimento de experiências com a diversificação interna da atividade pecuária a partir da valorização da produção de leite.

Além da produção de leite, vários agricultores também têm procurado desenvolver iniciativas de incluir ou valorizar outras atividades produtivas com intuito de diversificar seu sistema de produção. É nesse sentido que, em geral, aparecem nos sistemas produtivos desde a valorização de atividades já tradicionalmente desenvolvidas pelos agricultores, como a criação de porcos, aves ou o cultivo de banana, até a introdução de novos tipos de criações, como peixes, cabras e ovelhas, ou de novos tipos de cultivos de espécies perenes frutíferas (cupuaçu, maracujá, cacau, urucum etc.). Nessa região, sobretudo em suas áreas mais a oeste onde há maior presença de vegetação natural, há vários casos em que as iniciativas de diversificação também têm incluído a exploração e o manejo de espécies nativas, como o açaí, por exemplo, estimulada pelo crédito como uma forma de promover a valorização da floresta e de seus produtos e, assim, promover a diminuição da pressão sobre esse tipo de vegetação.

Apesar da relativa disposição dos agricultores em implementar e levar adiante o desenvolvimento dessas iniciativas de diversificação, em vários casos tais experiências não tiveram ou não têm tido resultados bem-sucedidos. A falta de conhecimento técnico no que diz respeito à condução de algumas dessas atividades (criação de peixes e cultivos perenes como maracujá, cupuaçu e cacau, por exemplo, e mesmo o manejo do açaí nativo) e, segundo vários agricultores, também as deficiências na atuação da assistência técnica, tanto em termos da frequência no acompanhamento do andamento das atividades quanto em termos da quantidade e qualidade das informações e orientações repassadas, são fatores que em grande medida têm influenciado na produção de resultados negativos.

Apesar das dificuldades encontradas, no entanto, vários agricultores têm continuado a desenvolver essas iniciativas de diversificação. Algumas vezes tais iniciativas têm sido levadas a frente com apoio de orientações de vizinhos que são referências locais em certas atividades, com os quais os agricultores têm procurado estreitar vínculos através de relações de amizade ou mesmo através de relações de troca (principalmente troca-de-dia⁸) ou de venda de trabalho. Além dessa via, alguns

⁸ Segundo Veiga & Albaladejo (2002), a troca-de-dia é um tipo de troca simétrica baseada em um arranjo efetuado entre dois agricultores no qual ambos entram em acordo com relação à troca de dias de trabalho: à medida que a primeira diária de trabalho é efetuada, o credor convida o devedor, com certa antecedência, a vir “devolver” a diária em tarefa e dias previamente combinado

agricultores também têm procurado orientações de técnicos da assistência técnica, mas essa é uma via que tem sido pouco utilizada por causa da desconfiança dos agricultores com a qualidade das informações dos técnicos, desconfiança essa baseada nas experiências negativas que têm tido com a implantação dos cultivos ou das criações contratadas nos projetos de crédito. Ou ainda, na pior das hipóteses, os agricultores têm procurado conduzir as iniciativas de diversificação a partir de ações experimentais de tentativa/erro.

Também como forma de remediar algumas das limitações que vêm encontrando para a implementação das atividades produtivas estimuladas pelo crédito foi possível verificar nessa região vários casos de agricultores que têm também associado outro tipo de estratégia a essas iniciativas de diversificação. Trata-se da busca de ampliação de seus conhecimentos técnicos a partir da inserção em processos de qualificação técnica promovidos pela assistência técnica ou por outras organizações e/ou instituições locais.

Essas iniciativas de diversificação das atividades produtivas que os agricultores estão procurando desenvolver ocorrem no sentido de aumentar as possibilidades do estabelecimento e de garantir a reprodução social da família. De uma maneira geral, essa decisão dos agricultores de promover a diversificação de atividades dos seus sistemas produtivos pode ser interpretada, conforme propõe Ellis (2000), como uma *escolha*⁹ pensada e programada dentro das alternativas e dos recursos existentes com o propósito de diminuir as vulnerabilidades a que o estabelecimento está sujeito.

Porém, um aspecto importante de ser considerado nesse processo de diversificação das atividades produtivas é que em alguns casos, principalmente nas áreas onde as condições do meio socioeconômico ainda são relativamente precárias e que a implantação dessas alternativas produtivas encontra limitações, a decisão dos agricultores em promover iniciativas nesse sentido possui relação com o fato de disporem de alguma fonte de segurança que possa ser usada como amenizadora das consequências negativas, caso essas experiências não produzam os resultados desejados. Nesse sentido, geralmente, os agricultores que têm procurado investir em atividades novas possuem algum tipo de renda de segurança; ou possuem gado e creditam nele esse papel de válvula de segurança e de não deixar vulnerável a

⁹ Para Ellis (2000), a diversificação das atividades de uma unidade doméstica se dá a partir de *escolhas*, entendidas como ação voluntária e pró-ativa das famílias, ou a partir de *necessidades*, entendidas como a ação involuntária das famílias mediante problemas ou acontecimentos não esperados.

manutenção da família; ou possuem outras fontes de renda extra-agrícolas ou não-agrícolas (relacionadas, principalmente, a oferta de serviços ou decorrentes de políticas sociais ou de política previdenciária) que cumprem essa função de minimizar os riscos.

Estratégias sociais

Se por um lado, o contexto regional atual vem estimulando os agricultores a reverem suas práticas produtivas e algumas práticas sociais, por outro, em certos casos, acaba favorecendo também a manutenção de certas *estratégias sociais* em função das condições existentes em algumas áreas da região. É o caso, por exemplo, da importância que relações de reciprocidade como trocas-de-dia e *mutirões* para atender as necessidades de uma família ou da coletividade, bastante comuns nessas áreas de fronteira, principalmente no período de instalação das famílias (VEIGA & ALBALADEJO, 2002), ainda possuem nas áreas de ocupação mais recente da região, uma vez que nas áreas de assentamento uma parte das famílias se encontra em fase de criação ou recriação do seu espaço social.

Pelo que se pôde perceber nessas localidades a maioria dessas relações de reciprocidade estabelecidas entre as famílias está de certa forma associada à produção agropecuária e atividades rurais, sendo utilizadas pelos agricultores, na maioria das vezes, como meio para garantir os fatores de produção necessários para o desenvolvimento de suas atividades produtivas ou mesmo de melhorias para a coletividade, bem como para garantir a inserção em um processo de construção de redes de relações sociais.

Para as famílias que utilizam dessas práticas de ajuda mútua e de troca, pelo que se depreende, há nelas um componente importante de suprimento das necessidades materiais a partir da garantia de aplicação de trabalho ou de terra para atividades cujo fim é a produção de resultados materiais (estrada, construções, produção de alimentos etc.). Porém, elas não se limitam a atender necessidades somente do campo material. Conforme destaca Sabourin (2003), essa lógica da reciprocidade também considera a criação do ser, da sociabilidade; elas são um meio de criar e/ou ampliar as redes de relações sociais e afetivas que se estabelecem entre as famílias (como de vizinhança, amizade e compadrio, por exemplo), relações estas que são importantes no processo de estabelecimento do espaço de vida de cada família. Participar de um mutirão de limpeza da estrada ou

de construção de uma igreja ou de uma escola, ou participar de uma troca-de-dia faz parte da criação dessa sociabilidade que é fundamental para o processo de reprodução social da família.

Além dessa questão da criação e ampliação das relações sociais, essas práticas de ajuda mútua, muitas vezes cumprem também outro papel importante. Assim como nas áreas mais antigas, principalmente as relações como troca-de-dia têm sido vistas pelos agricultores como uma forma de iniciarem um processo de aprendizado: sobretudo nesse período atual em que os agricultores têm interesse em aprender como lidar com determinado cultivo ou criação, aprender as técnicas e a maneira de fazer, a troca de diárias com agricultores que detém certo conhecimento sobre tais atividades têm se constituído para muitos em um bom começo para esse processo de aprendizado.

Da mesma forma que as relações de reciprocidade, outra estratégia social que tem se mantido nesse contexto atual é o estabelecimento de alianças com agentes externos, como madeireiros e fazendeiros, por exemplo, no sentido não só de conseguir meios para melhorar suas condições materiais, mas também de conseguir melhorar alguns aspectos das condições do meio socioeconômico que se apresentam ainda relativamente desfavoráveis para a coletividade. Essas relações ao mesmo tempo que trazem algumas vantagens para os agricultores, como a melhoria nas condições da estrada ou nas possibilidades de iniciar o rebanho, também acabam influenciando no ritmo de avanço sobre o meio natural nas áreas onde ainda há disponibilidade de mata, na medida em que contribui para facilitar que as madeiras, por exemplo, sigam investindo fortemente sobre essas áreas da região.

De uma maneira geral, esses exemplos de grandes grupos de estratégias desenvolvidas atualmente pelos agricultores, e até as subestratégias ou estratégias menores que dão suporte a elas, servem para mostrar que os agricultores assumem uma posição ativa na configuração de sua própria existência. Ou seja, possuem uma grande capacidade de inovar frente aos desafios com os quais são confrontados, o que lhes permite criar e/ou experimentar respostas para lidar com as dificuldades que se impõem e também com as oportunidades que se apresentam a sua reprodução social.

Essa capacidade dos agricultores em elaborar respostas para criar e recriar as condições de exploração para garantir a reprodução social de sua família, é a

mesma capacidade que tem todo sistema vivo de buscar formas para se manter. Essas estratégias demonstram a maneira como o sistema social família está procurando assimilar as perturbações pelas quais vem passando, de como está se recompondo e se adaptando às novas condições disponíveis à sua existência e ao seu funcionamento. Isso significa dizer que esse processo de mudanças que os agricultores estão levando a cabo em seus estabelecimentos está relacionado exatamente com essa capacidade que qualquer sistema, inclusive os sistemas sociais, possui de se adaptar às condições disponíveis.

Segundo Godelier (1984), é a essa noção de adaptação que se podem relacionar as estratégias adotadas pelos seres humanos (os agricultores dessa região, por exemplo) para explorar o meio natural e enfrentar as restrições existentes à reprodução tanto dos elementos desse meio como de sua própria reprodução. Em resumo, é essa capacidade inovativa que explica como os agricultores dessa região estão conseguindo se adaptar a esse contexto novo, com as restrições e com as novas oportunidades que se apresentam a eles.

Essas mudanças ocorridas em algumas das práticas produtivas e sociais (assim como a constatação da manutenção de outras), portanto, em grande medida têm sido fatores importantes no processo de estabelecimento de novas relações sociedade-natureza nessa área de fronteira agrária da região de Marabá. Tais relações sociedade-natureza, apesar de manter vários aspectos que caracterizaram a região em épocas passadas, principalmente aqueles referentes à permanência da adoção do sistema mata→roça→ pasto e da importância dada à pecuária, hoje em dia apresentam o diferencial de incluir outras formas de exploração do meio natural que, apesar de ainda em estágio experimental, abrem novas possibilidades para que novas dinâmicas de evolução do espaço possam ter lugar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante ao que foi apresentando foi possível perceber que as principais transformações que vêm se dando no contexto regional de áreas de fronteira agrária, como a região de Marabá, estão relacionadas a dois principais fatores: o primeiro diz respeito às atuais condições do meio natural, resultado do próprio processo de evolução decorrente das formas e do tempo de exploração; e o outro se refere às influências exercidas pela implementação de políticas públicas na região através das quais vários aspectos do meio socioeconômico têm sofrido mudanças,

tais como aqueles relacionados à estabilidade fundiária, às condições de acesso, ao aumento na capacidade de investimento dos agricultores, entre outras.

Essas novas condições, tanto do meio natural quanto do meio socioeconômico, têm levado os agricultores familiares a promover mudanças em suas práticas com vistas a garantir sua reprodução social, sendo que essas mudanças têm incidido muito mais sobre as práticas produtivas, principalmente no tocante às formas de manejo e de uso da terra. Muitas dessas práticas têm se dado tanto no sentido de recriar condições ecológicas que possibilitem o desenvolvimento de atividades produtivas, sobretudo, nas áreas mais antigas da região, quanto no sentido de procurar introduzir novas possibilidades de fontes de renda e diminuir os riscos dos sistemas produtivos. No entanto, apesar desses caminhos alternativos que o novo contexto abre no sentido de estimular novas formas de exploração do meio natural, é preciso considerar que a dinâmica da pecuária ainda continua bastante presente na região em função do papel de poupança e segurança que o gado ainda ocupa entre os agricultores.

Enfim, pelo que é possível depreender, as relações sociedade-natureza estabelecidas atualmente na região de Marabá, mesmo que ainda contando com formas relativamente agressivas ao ambiente, apresentam novos elementos que, à medida que se colocam como alternativas ao gado, que estimulam novas experiências produtivas e de aprendizado e que possibilitem um aumento de permanência na terra, têm o potencial de funcionar como desaceleradores do ritmo forte de exploração que historicamente tem se visto em áreas como essa de fronteira agrária.

REFERÊNCIAS

- BAREL, Yves. **La reproduction sociale: systèmes vivants, invariance et changement**. Paris: Éditions Anthropos, 1973. 558p.
- ELLIS, Frank. Household Strategies and Rural Livelihood Diversification. **The Journal of Development Studies**. London, UK, v. 35, n. 1, p. 1-38, oct. 1998.
- ELLIS, Frank. **Rural Livelihoods and Diversity in Developing Countries**. Oxford, UK: Oxford University Press, 2000. 273p.
- GODELIER, Maurice. **L'idéal et le matériel**. Paris: Fayard, 1984. 348p.
- LEITE, S.; HEREDIA, B.; MEDEIROS, L.; PALMEIRA, M. CINTRÃO, R. (Org.). **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. São Paulo: Editora UNESP, 2004. 392 p. (Estudos NEAD, 6).

MICHELOTTI, F.; RODRIGUES, F. N. C. de V. Desafios para a sustentabilidade ecológica integrada às trajetórias de estabilização da agricultura familiar na região de Marabá. In: ENCONTRO DA ANPPAS, 2., 2004, Indaiatuba, SP. **Anais...**. Indaiatuba. SP: ANPPAS, 2004. p. 1 - 20. Disponível em: www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT05/fernando_michelotti.pdf.

Acesso em: 10 mar. 2009.

OLIVEIRA, M. C. C. de; VEIGA, I.; LIMA, L. M.; TAVARES, F. B. Políticas de apoio à agricultura familiar e evolução do sistema agrário no sudeste paraense. In: MOTA, D. M. da; SCHMITZ, H.; VASCONCELOS, H. E. M. (Orgs.) **Agricultura familiar e abordagem sistêmica**. Aracaju, SE: Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, 2005. p. 317-343.

RAYNAUT, Claude. Crise agro-environmentale, mondialisation et capacité d'innovation des petits agriculteurs familiaux au Sahel: un exemple africain pertinent pour le Brésil? **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 14, p. 11-21, jul./dez. 2006a. Semestral. Disponível: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/made/article/view/9687/8382>. Acesso em: 04 mar. 2009.

RAYNAUT, C. Interfaces entre antropologia e a saúde: em busca de novas abordagens conceituais. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 27, n. 2, p.149-165, jun. 2006b.

RAYNAUT, Claude. O desenvolvimento e as lógicas da mudança: a necessidade de uma abordagem holística. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba: Editora UFPR, n. 1, p.81-104, 1994. Semestral.

SABOURIN, Eric. **Dádiva e reciprocidade nas sociedades rurais contemporâneas**. In: ENCONTRO NORTE E NORDESTE DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 11., 2003, Aracaju, SE. Comunicação apresentada na mesa redonda "Cidadania, redes sociais, dádiva". p. 1-26. (cópia em papel).

SERRÃO, Emanuel A. S.; DIAS FILHO, Moacir B. Establecimiento y recuperación de pasturas entre los productores del trópico húmedo brasileño. In: LASTANO, Carlos E.; SPAIN, James M. (Eds.). **Establecimiento y renovación de pasturas: conceptos, experiencias y enfoque de la investigación**. 2 ed., Cali, Colômbia: Red Internacional de evaluación del pastos tropicales /CIAT, 1988. p. 347-383.

VEIGA, Jonas B. da. **Criação de gado leiteiro na zona Bragantina**. Sistema de produção. n. 2. Belém: EMBRAPA Trópico Úmido. p. 1-3, dez. 2005. Disponível em: <http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Leite/GadoLeiteiroZonaBragantina/paginas/autores.htm>. Acesso em: 28 mar. 2009.

VEIGA, Iran; ALBALADEJO, Christophe. A formação do território a nível local e a emergência da ação coletiva. Análises das trocas simbólicas em duas coletividades locais da região de Marabá. Amazônia oriental. In: ALBALADEJO, Christophe; VEIGA, Iran. (Orgs.). **A construção local dos territórios da agricultura familiar (Amazônia oriental)**. Partes 2 e 3. Organizações sociais e saberes locais frente à ação de desenvolvimento. Belém: Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar - NEAF/UFPA, 2002, v. p. 41-77.